

LIVRO I

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

Capítulo I

CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	43
I. INTRODUÇÃO	43
II. DEFINIÇÃO	44
III. DENOMINAÇÃO.....	46
IV. CONTEÚDO	49
V. FUNÇÕES	52
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	57
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	58
1. Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho.....	60
2. Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho.....	62
3. Segmento em Destaque: Direito Ambiental do Trabalho	64
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO – SÍNTESE.....	65
IX. TEMAS RECORRENTES: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO TRABALHISTAS	66
1. Flexibilização Trabalhista e Desregulamentação Trabalhista: aspectos gerais.....	67
2. A Reforma Trabalhista feita pela Lei n. 13.467/2017 e Subsequentes Políticas Públicas Precarizantes	71

Capítulo II

AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO.....	75
I. INTRODUÇÃO	75
II. AUTONOMIA.....	75
III. NATUREZA JURÍDICA	78
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO.....	83
1. Relações com o Direito Constitucional	83
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de Outros Ramos Jurídicos	84
3. Relações com o Direito Civil.....	86
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou Direito da Seguridade Social)	87
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos	88

Capítulo III

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	91
I. INTRODUÇÃO	91
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO – PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS.....	91
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	93
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	96
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	101
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	103
2. Sistematização e Consolidação	103
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	105
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho.....	106
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	108
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	109
A) Normatização Autônoma e Privatística.....	109
B) Normatização Privatística Subordinada	109
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	110
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	111
4. Constituição de 1988 e o Modelo de Normatização Privatística Subordinada: novas reflexões	112
5. A Reforma Trabalhista Brasileira de 2017: sentido jurídico	115

Capítulo IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	121
I. INTRODUÇÃO	121
II. PECULIARIDADES DAS AMÉRICAS E, EM PARTICULAR, DO BRASIL, COM RESPEITO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO.....	122
III. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASES EM DESTAQUE.....	125
IV. FASE DE FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	126
1. Período Colonial (1500-1822)	126
2. Período Monárquico (1822-1889)	129
3. Período da Primeira República (1889-1930).....	133
V. FASE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	139
1. Período da Segunda República (1930-1945): estruturação do sistema trabalhista brasileiro	140
A) Constitucionalismo Social.....	145
B) Fases do Direito do Trabalho: análise comparativa.....	145
2. Período da Terceira República (1945-1964): inovações e continuidades.....	146
3. Período da Ditadura Militar-Civil (1964-1985).....	148

VI.	FASE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	150
1.	Paradigma do Constitucionalismo Humanista e Social	151
2.	Arquitetura Democrática Constitucional Brasileira de 1988.....	152
3.	Institutos Trabalhistas Contraditórios Preservados em 1988 e seu Enfrentamento nos Anos Seguintes à Promulgação da Nova Constituição	161
4.	Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização	164
VII.	A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 (LEI N. 13.467/17) E POLÍTICAS PÚBLICAS PRECARIZANTES SUBSEQUENTES.....	166

Capítulo V

	ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA	171
I.	INTRODUÇÃO	171
II.	FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	171
1.	Conceito	171
2.	Classificação	172
A)	Fontes Materiais	172
B)	Fontes Formais.....	175
C)	Normas, Princípios e Regras.....	177
III.	FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS.....	178
IV.	FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO.....	179
1.	Constituição	179
A)	Sentido Material e Sentido Formal	180
B)	Eficácia Jurídica da Constituição	181
C)	Constituição: o desafio da efetividade	185
2.	Lei (e Medida Provisória).....	187
3.	Tratados e Convenções Internacionais	189
A)	Tratados e Convenções Internacionais	189
B)	Declarações e Recomendações.....	191
C)	Diplomas Internacionais: novas inferências doutrinárias.....	192
4.	Regulamento Normativo (Decreto).....	193
5.	Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	194
6.	Sentença Normativa	195
V.	FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO.....	198
1.	Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.....	198
2.	Contrato Coletivo de Trabalho	202
3.	Usos e Costumes	204
VI.	FIGURAS ESPECIAIS	205
1.	Figuras Justrabalhistas Especiais	205
A)	Laudo Arbitral (Arbitragem)	205
B)	Regulamento Empresarial	207
2.	Outras Figuras Jurídicas Especiais.....	208
A)	Jurisprudência.....	208

B) Princípios Jurídicos	211
C) Doutrina	212
D) Equidade	213
3. Referências Finais	214
A) Analogia	214
B) Cláusulas Contratuais	215
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	215
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	216
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralbalhista.....	216
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista.....	218
4. A Lei n. 13.467/2017 e a Hierarquia Normativa Trabalhista.....	223

Capítulo VI

PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO 225

I. INTRODUÇÃO	225
1. Ciência e Princípios.....	226
2. Direito e Princípios	226
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	227
1. Fase Pré-jurídica ou Política	228
2. Fase Jurídica.....	228
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	228
B) Princípios Normativos Subsidiários.....	229
C) Princípios Normativos Próprios ou Concorrentes	229
III. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO.....	231
1. Princípios Constitucionais do Trabalho	232
2. Princípios da Ordem Econômica	233
IV. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO – ADEQUAÇÕES.....	234
1. Princípios Gerais – adequações	234
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	236
V. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	237
VI. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO.....	238
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	239
A) Princípio da Proteção	239
B) Princípio da Norma Mais Favorável	240
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	242
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.....	242
E) Princípio da Condição Mais Benéfica.....	243
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	243
G) Princípio da Intangibilidade Salarial	247
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma.....	249
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	249
2. Princípios Justralbalhistas Especiais Controvertidos	252

A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	253
B) Princípio do Maior Rendimento.....	254
VII. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	256
1. Diferenciação de Figuras	256
2. Extensão da Indisponibilidade.....	257
3. Requisitos da Renúncia e Transação	258
A) Renúncia.....	258
B) Transação	259

Capítulo VII

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	261
I. INTRODUÇÃO	261
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	261
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	261
2. A Interpretação no Direito	263
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma	263
B) Interpretação do Direito Construído.....	264
3. Hermenêutica Jurídica.....	264
A) Distinções Relevantes	264
B) Função da Interpretação Jurídica.....	267
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	268
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	271
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	273
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista	275
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho.....	276
4. Disfunções no Processo Interpretativo	279
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	280
1. Conceituação	280
2. Tipos de Integração Jurídica.....	282
3. Procedimento Analógico	283
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	284
1. Conceituação	284
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	284
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço.....	289
A) Aplicação do Direito do Trabalho Relativamente a Contratos Cumpridos no Território Brasileiro.....	290
B) Aplicação do Direito do Trabalho Relativamente a Contratos Cumpridos em País Estrangeiro	290
C) Aplicação do Direito do Trabalho Relativamente a Contratos Cumpridos em Navio Estrangeiro	292
D) Aspecto Processual: competência judicial relativamente a causas que envolvam transferência ou trabalho de brasileiros no exterior	294

Capítulo VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO.....	295
I. INTRODUÇÃO	295
II. DISTINÇÕES CORRENTES	297
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	297
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição.....	298
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição.....	298
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	299
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	300
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	301
2. Causas Interruptivas	301
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS.....	302
1. Fatores Tipificados	303
2. Outros Fatores Atuantes.....	304
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	305
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	307
1. Prazos Prescricionais.....	308
A) Prescrição nos Contratos Urbanos.....	308
B) Prescrição nos Contratos Rurais.....	309
C) Prescrição nos Contratos Domésticos.....	312
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	314
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	316
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	317
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa.....	317
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria.....	317
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial.....	320
D) Prescrição em Danos Morais.....	321
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	323
A) Legitimidade para Arguição.....	323
B) Momento Próprio para Arguição	324
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações	327
4. Prescrição Intercorrente	328
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	329

LIVRO II

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

*Capítulo IX***RELAÇÃO DE EMPREGO – CARACTERIZAÇÃO..... 335**

I.	INTRODUÇÃO	335
II.	CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	337
1.	Distinções na História do Direito	338
2.	Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	339
A)	Trabalho por Pessoa Física	340
B)	Pessoalidade	341
C)	Não Eventualidade.....	342
D)	Onerosidade.....	347
E)	Subordinação	349
III.	VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	356
IV.	NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	358
1.	Teorias Contratualistas Tradicionais	360
A)	Teoria do Arrendamento	360
B)	Teoria da Compra e Venda	361
C)	Teoria do Mandato	361
D)	Teoria da Sociedade.....	362
E)	Contratualismo Tradicional: análise crítica	362
2.	Teoria Contratualista Moderna	363
3.	Teorias Acontratualistas.....	365
A)	Teoria da Relação de Trabalho	365
B)	Teoria Institucionalista.....	367
C)	Acontratualismo: análise crítica	368

*Capítulo X***RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU..... 369**

I.	INTRODUÇÃO	369
II.	EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO – VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA....	371
1.	Servidores Administrativos	372
2.	Servidores Irregulares.....	373
III.	CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO.....	374
1.	Estágio – caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977)	375
A)	Requisitos Formais.....	375
B)	Requisitos Materiais	377
2.	Estágio – nova caracterização (Lei n. 11.788/2008).....	377
A)	Requisitos Formais.....	379
B)	Requisitos Materiais	384

3. Estágio: avaliação crítica.....	385
IV. A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS	387
1. A Lei n. 8.949, de 1994	387
A) Princípio da Dupla Qualidade.....	388
B) Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	389
2. A Lei n. 12.690, de 2012	392
A) Restrições ao Veículo Cooperativista	393
B) Direitos Sociais dos Cooperados	394
C) Relação de Emprego <i>versus</i> Relação Cooperativista	394
V. TRABALHO AUTÔNOMO.....	395
1. Prestação de Serviços e Empreitada	399
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	400
3. Pequena Empreitada: especificidade.....	400
VI. TRABALHO EVENTUAL	402
VII. TRABALHO AVULSO.....	404
1. Trabalho Avulso Portuário	404
2. Trabalho Avulso Não Portuário	408
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	410
1. Trabalho Voluntário: parâmetro geral.....	411
2. Trabalho Religioso (Lei n. 14.647, de 2023)	414
IX. MÃE SOCIAL	415
X. TRABALHO DE TRANSPORTE DE PESSOAS E COISAS MEDIANTE SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: ENQUADRAMENTO JURÍDICO	418

Capítulo XI

O EMPREGADO..... 423

I. INTRODUÇÃO	423
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	424
1. Princípio Constitucional Antidiscriminatório	424
2. Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização	426
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA.....	427
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	428
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94)	428
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94).....	430
C) Efeitos do Cargo de Confiança	431
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	433
3. Diretores Empregados	434
A) Diretor Recrutado Externamente.....	435
B) Empregado Eleito Diretor.....	437
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	438
A) Incompatibilidade de Figuras	439
B) Assimilação de Figuras.....	439

C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas.....	440
D) Sociedade como Simulação (“pejotização”)	440
5. Empregados Portadores de Diploma de Nível Superior e que Percebam Salário Igual ou Superior à Dobra do Teto de Benefícios do INSS: segregação jurídica ...	441
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	443
1. Definição	443
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica.....	445
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais.....	445
B) Elemento Fático-jurídico da Não Eventualidade	447
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais.....	450
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos.....	453
A) Fase de Exclusão Jurídica	453
B) Fase de Inclusão Jurídica	454
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas Antes da LC n. 150/2015.....	460
A) Férias Anuais Remuneradas	460
B) Licença-paternidade e Licença-gestante.....	461
C) Garantia de Emprego à Gestante.....	462
D) Aviso-Prévio Proporcional.....	463
E) O Sentido do Novo Parágrafo Único do Art. 7º da CF/88 (EC n. 72/2013).....	466
5. A Nova Regência Normativa da LC n. 150/2015	467
6. Peculiaridades Rescisórias: rito e multa	473
7. Fiscalização Trabalhista e Multa Administrativa	475
8. Contrato de Trabalho Doméstico e Lei de Reforma Trabalhista	476
9. Convenção 189 da OIT e Recomendação 201 da OIT.....	477
V. EMPREGADO RURAL.....	478
1. Evolução Jurídica.....	478
A) Fase de Restrição de Direitos.....	478
B) Fase de Aproximação de Situações Jurídicas.....	479
C) Fase Contemporânea: acentuação da igualdade	480
2. Caracterização do Empregado Rural.....	482
A) Antigo Critério Celetista	482
B) Critério da Lei n. 5.889/1973	483
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais.....	484
3. Caracterização do Empregador Rural.....	485
VI. O INDÍGENA COMO EMPREGADO	488
VII. EMPREGADO APRENDIZ	490

Capítulo XII

O EMPREGADOR	491
I. INTRODUÇÃO	491
II. EMPREGADOR – CARACTERIZAÇÃO	492
1. Despersonalização	493
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	494

3. Empresa e Estabelecimento	498
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	499
1. Definição	499
2. Objetivos da Figura	500
3. Caracterização do Grupo Econômico	500
A) Abrangência Objetiva	500
B) Abrangência Subjetiva	501
C) Nexo Relacional Interempresas	502
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	505
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	505
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único	506
5. Aspectos Processuais	507
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	509
1. Definição e Denominação	509
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	509
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	510
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	511
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	512
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	512
B) Continuidade na Prestação Laborativa	515
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	515
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	516
A) Fundamentação Doutrinária	516
B) Fundamentação Legal	517
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	517
A) Regra Geral Trabalhista	517
B) Restrições Tópicas à Sucessão	517
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	521
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	521
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	522
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	524
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	525
A) Figuras Civilistas Clássicas	525
B) Singularidade Trabalhista	526
V. EMPREGADORES EM DESTAQUE	527
1. Empregador Estatal	527
A) Pessoa Jurídica de Direito Público	527
B) Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	529
2. Cartório Extrajudicial	532
3. Consórcio de Empregadores	533

Capítulo XIII

TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA..... 535

I. INTRODUÇÃO	535
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	538

1.	Legislação Heterônoma Estatal	539
A)	Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	540
B)	Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83.....	541
C)	Parágrafo único do art. 442, CLT	541
D)	Outras Referências Legais.....	542
2.	Constituição de 1988.....	546
3.	Reforma Trabalhista: Lei n. 13.467/2017.....	548
III.	JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	553
1.	Evolução Jurisprudencial Trabalhista (1980-2018): síntese	553
2.	Súmula 331/TST: terceirização lícita x ilícita	556
A)	Terceirização Lícita: situações-tipo.....	556
B)	Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	558
C)	Terceirização Ilícita.....	559
3.	Efeitos Jurídicos da Terceirização (Súmula 331 do TST).....	559
A)	Vínculo com o Tomador de Serviços.....	560
B)	Isonomia: salário equitativo	560
4.	Especificidade da Administração Pública.....	562
IV.	JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO.....	567
V.	TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO	570
1.	Trabalho Temporário: caracterização	570
2.	Hipóteses de Pactuação	571
3.	Formalidades e Prazos.....	573
4.	Direitos da Categoria Temporária	574
5.	Trabalho Temporário e Salário Equitativo.....	576
VI.	TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE.....	576
1.	Responsabilidade na Terceirização: regra geral.....	577
2.	A Responsabilização das Entidades Estatais Terceirizantes.....	579
VII.	ASPECTOS PROCESSUAIS	582
1.	Competência	582
2.	Litisconsórcio Passivo	583

Capítulo XIV

RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS.....	585
I.	INTRODUÇÃO
II.	RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES INTEGRANTES DO GRUPO ECONÔMICO
III.	RESPONSABILIDADE DO SÓCIO
1.	Panorama Normativo.....
2.	Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica
3.	Dimensões da Responsabilidade do Sócio
4.	Aspectos Processuais Relativos à Desconsideração da Personalidade Jurídica

IV.	RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	596
V.	RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGATEIRO.....	598
VI.	RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA NOS CONTRATOS DE EMPREITADA.....	599
VII.	RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	603

Capítulo XV

	CONTRATO DE TRABALHO – CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES. CONTEÚDO CONTRATUAL – PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO	607
I.	INTRODUÇÃO	607
II.	ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	608
	1. Definição	608
	2. Denominação	609
	3. Caracteres	610
III.	MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	614
	1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	616
	A) Capacidade das Partes.....	616
	B) Licitude do Objeto	619
	C) Forma Regular ou Não Proibida.....	620
	D) Hígidez de Manifestação da Vontade	621
	2. Elementos Naturais do Contrato.....	623
	3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	624
IV.	VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO – NULIDADES	624
	1. Teoria Trabalhista de Nulidades	625
	A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista.....	626
	B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	627
	C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista.....	628
	2. Tipos de Nulidades	629
	A) Nulidade Total e Parcial.....	629
	B) Nulidade Absoluta e Relativa	629
	3. Nulidade e Prescrição.....	630
V.	CONTEÚDO CONTRATUAL – ABRANGÊNCIA E PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO	631
	1. Conteúdo Contratual: abrangência e peculiaridades.....	631
	2. O Sistema de Cotas no Contrato de Trabalho	632
	A) Empregados Aprendizizes	633
	B) Empregados em Reabilitação Previdenciária, a par de Pessoas com Deficiência	633
	C) Pessoas Negras	634

Capítulo XVI

CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES.....	639
I. INTRODUÇÃO	639
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	639
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLE- TIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	641
1. Distinções	641
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	642
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	643
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO.....	644
1. Aspectos Gerais	644
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	645
A) Interrupção e Suspensão Contratuais.....	645
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	645
C) Efeitos Rescisórios.....	646
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO).....	648
1. Hipóteses de Pactuação	648
2. Meios de Fixação do Termo Final	651
3. Prazos Legais	653
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais.....	653
5. Indeterminação Contratual Automática (“Novação”)	654
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	655
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	658
A) Acidente de Trabalho: exceção relevante.....	659
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção relevante	660
8. Contratos a Termo: forma e prova.....	661
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	662
VI. O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE.....	665
VII. PARALELISMO OU CONCOMITÂNCIA CONTRATUAL – CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS.....	667

Capítulo XVII

TIPOS DE CONTRATOS A TERMO.....	669
I. INTRODUÇÃO	669
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	670
1. Contrato de Experiência	670
A) Caracterização.....	671
B) Efeitos Contratuais.....	672
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência	672
2. Contrato de Safrá.....	675
3. Contrato de Obra Certa	678

4. Contrato por Temporada	680
5. Contrato de Aprendizagem (Empregado Aprendiz)	681
A) Aspectos Gerais	681
B) Aprendiz com Deficiência	682
III. UMA ESPECIFICIDADE ENTRE OS CONTRATOS A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601/1998	684
1. Caracterização do Contrato Provisório de Trabalho	685
2. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	691
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	691
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	693
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	694

Capítulo XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS	697
I. INTRODUÇÃO	697
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	698
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	699
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	702
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	703
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	705
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	707
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica	708
A) Caracterização	708
B) Remuneração	709
C) Rescisão Contratual	709
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	709
3. Empregado Vendedor: regras próprias	712
A) Comissões	712
B) Pagamento da Comissão	714
C) Ultimação do Negócio	714
D) Risco Concernente às Vendas	715
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	715
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	715
G) Cláusula “Star del Credere”	716

Capítulo XIX

EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS. AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	719
I. INTRODUÇÃO	719

II.	EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	720
1.	Obrigações do Empregador	720
2.	Obrigações do Empregado	721
3.	Poder Empregatício como Efeito do Contrato	721
III.	EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	721
1.	Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	722
2.	Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	722
A)	Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	723
B)	Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	724
C)	Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	724
IV.	EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	725
1.	Indenização por Dano Moral, Inclusive Estético, ou Dano à Imagem	726
2.	Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	728
3.	Responsabilidade Indenizatória: requisitos	730
A)	Requisitos Clássicos	731
B)	Objetivação da Responsabilidade	733
C)	Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	734
4.	Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizató- rio	735
A)	Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988	736
B)	Aferição do Dano Moral e Fixação da Indenização: critérios	737
5.	Aferição do Dano Material e Respectivo Valor Indenizatório	740
6.	Competência Judicial	742
7.	Regra Prescricional	745
V.	EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE	747
1.	Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico	747
2.	Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	748
A)	Caracterização do Contraponto Jurídico	748
B)	Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	749
3.	Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	749
A)	Dano Moral Individual	750
B)	Dano Moral Coletivo	765
VI.	REFORMA TRABALHISTA: DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	768

Capítulo XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO – DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR..... 773

I.	INTRODUÇÃO	773
II.	PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	774

1.	Conceituação	774
2.	Caracterização.....	775
A)	Poder Diretivo.....	775
B)	Poder Regulamentar.....	776
C)	Poder Fiscalizatório.....	778
D)	Poder Disciplinar	780
III.	FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO.....	781
1.	Fundamentos Doutrinários.....	782
A)	Propriedade Privada	782
B)	Institucionalismo.....	783
C)	Delegação do Poder Público	784
D)	Contrato	785
E)	Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	787
2.	Fundamentos Legais	788
IV.	NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	790
1.	Concepções Tradicionais	790
A)	Direito Potestativo	790
B)	Direito Subjetivo	791
C)	<i>Status</i> Jurídico.....	792
D)	Direito-função	793
2.	Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa.....	796
V.	O PODER DISCIPLINAR	798
1.	Fundamentos	799
A)	Posição Negativista	799
B)	Posição Autonomista	800
C)	Vertente Intermediária	800
2.	Infrações Características.....	801
A)	Critérios de Caracterização	801
B)	Infrações Obreiras Tipificadas	802
3.	Penalidades Características	804
A)	Modalidades Acolhidas.....	804
B)	Modalidades Rejeitadas	806
4.	Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	808
A)	Requisitos Objetivos	809
B)	Requisitos Subjetivos	809
C)	Requisitos Circunstanciais	810
5.	Intervenção Judicial	813
6.	Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	815
VI.	PODER EMPREGATÍCIO: ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017	816
1.	Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	817
A)	Caracterização do Contraponto Jurídico.....	817
B)	Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	817
2.	A Reforma Trabalhista de 2017 e o Recrudescimento do Poder Empregatício	818

Capítulo XXI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	821
I. INTRODUÇÃO	821
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES.....	821
1. Salário: definição	821
2. Remuneração: definição e distinções	822
3. Remuneração: nova regulação das gorjetas.....	825
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES.....	828
1. Denominações Impróprias	829
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício	829
B) Salário-Família.....	829
C) Salário-Maternidade	829
D) Salário-Educação.....	831
E) Salário Mínimo de Referência	832
F) Salário Social.....	832
2. Denominações Próprias.....	832
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo	833
B) Salário Básico	833
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo....	833
D) Salário Judicial.....	834
E) Salário Complessivo	834
F) Salário Condição	835
G) Salário Progressivo.....	835
H) Outras Denominações	835
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	835
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais).....	836
A) Parcelas Salariais Tipificadas	837
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas.....	837
C) Parcelas Salariais Dissimuladas	837
2. Parcelas Salariais Dissimuladas	837
A) Diárias para Viagem e Ajudas de Custo.....	838
B) Outras Parcelas Salariais Dissimuladas	839
V. Parcelas Não Salariais	839
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	840
A) Parcelas de Natureza Indenizatória.....	840
B) Parcelas Meramente Instrumentais	840
C) Parcelas de Direito Intelectual	841
D) Participação nos Lucros ou Resultados.....	841
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais	844
F) Parcelas Previdenciárias Privadas.....	846
G) Parcelas de Seguridade Social.....	847
H) Parcelas Pagas por Terceiros	848
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	851
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador	851
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele.....	852

C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado	852
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	853
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	859
1. Tipologias Principais	859
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	860
A) Salário por Unidade de Tempo	860
B) Salário por Unidade de Obra	862
C) Salário-Tarefa	864
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	865
1. Caracterização do Salário-utilidade.....	865
A) Requisitos Essenciais	865
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade.....	870
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade.....	871
3. Rol de Utilidades Pertinentes.....	872
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho.....	873
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial.....	873
B) Valor da Utilidade no Contrato	874
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	875
6. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> nos Contratos Domésticos	877
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	878
1. Salário Básico	878
2. Abono	879
A) Enquadramento Clássico	880
B) Novo Enquadramento: Lei n. 13.467/2017	881
3. Adicionais	882
A) Caracterização.....	882
B) Classificação	883
4. Gratificações	885
A) Caracterização.....	885
B) Repercussões Contratuais	887
5. 13º Salário.....	887
6. Comissões	889
A) Caracterização.....	889
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas	890
7. Prêmios (ou Bônus)	894
A) Enquadramento Clássico	894
B) Novo Enquadramento: Lei n. 13.467/2017	895
8. Outras Parcelas Salariais.....	896
A) Caracterização.....	896
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares	896
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares.....	896
9. Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional.....	897
A) Luvas e Bichos.....	898
B) Direito de Imagem e Direito de Arena	899

Capítulo XXII

SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS.....	905
I. INTRODUÇÃO	905
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	906
1. Irredutibilidade Salarial.....	907
2. Correção Salarial Automática	911
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	913
A) Salário Mínimo Legal	913
B) Salário Profissional.....	916
C) Salário Normativo e Salário Convencional.....	917
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	918
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	919
A) Tempo de Pagamento.....	919
B) Lugar de Pagamento.....	920
C) Meios de Pagamento.....	921
2. Irredutibilidade Salarial.....	923
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos.....	924
A) Regra Geral de Intangibilidade.....	924
B) Descontos Salariais Autorizados.....	924
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	927
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	928
1. Não Discriminação e Isonomia: distinções	929
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais.....	931
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	932
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	932
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988.....	935
A) Discriminação Contra a Mulher	936
B) Discriminação Contra a Pessoa Negra	941
C) Discriminação Contra a Pessoa Trabalhadora Menor de 18 Anos.....	945
D) Discriminação Contra a Pessoa Estrangeira.....	950
E) Discriminação Contra a Pessoa com Deficiência	953
F) Discriminação Contra a Pessoa com Doença Grave.....	955
G) Discriminação em Face do Tipo de Trabalho.....	956
H) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	957
6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	959
A) Requisitos da Equiparação Salarial.....	960
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	963
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma	968
D) Equiparação Salarial: ônus da prova	969
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT)	970
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	972
A) Requisitos do Quadro de Carreira.....	972
B) Proteções Antidiscriminatórias.....	974

8.	Antidiscriminação e Substituição de Empregados.....	975
A)	Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	975
B)	“Substituição Permanente”: ocupação de cargo vago	976
9.	Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	977
A)	Terceirização Provisória (contrato de trabalho temporário)	978
B)	Terceirização Permanente	979
C)	Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	981
V.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADOR	984
1.	Proteção Jurídica Mediante a Responsabilidade Trabalhista	985
2.	Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	986
3.	Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial	987
4.	Proteção Jurídica na Falência do Empregador	988
5.	Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	993
VI.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADO	994
1.	Impenhorabilidade do Salário	995
2.	Restrições à Compensação	996
3.	Crítério de Correção Monetária	997
4.	Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	1000

Capítulo XXIII

DURAÇÃO DO TRABALHO – JORNADA		1001
I.	INTRODUÇÃO	1001
1.	Jornada e Salário	1001
2.	Jornada e Saúde no Trabalho.....	1002
3.	Jornada e Emprego.....	1004
II.	DISTINÇÕES RELEVANTES – DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO.....	1005
1.	Duração do Trabalho	1006
2.	Jornada de Trabalho	1006
3.	Horário de Trabalho.....	1007
III.	COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.....	1008
1.	Critérios Básicos de Fixação da Jornada	1008
A)	Tempo Efetivamente Trabalhado.....	1008
B)	Tempo à Disposição	1009
C)	Tempo de Deslocamento.....	1010
2.	Critérios Especiais de Fixação da Jornada	1013
A)	Tempo de Prontidão	1013
B)	Tempo de Sobreaviso	1014
C)	Tempo Residual à Disposição	1016
3.	Jornada: tronco básico e componentes suplementares	1017
A)	Tronco Básico	1017
B)	Componentes Suplementares	1018
4.	A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais no Tema da Duração do Trabalho	1019
A)	Lei n. 12.619/2012: tempo de repouso, tempo de espera, tempo de reserva ..	1020

	B) Lei n. 13.103/2015: novas regras jurídicas	1022
IV.	NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	1025
	1. Natureza das Normas Relativas à Jornada.....	1025
	2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	1027
	A) Critérios Gerais Informativos.....	1027
	B) Flexibilização e Compensação de Jornada.....	1030
	C) Flexibilização de Horas <i>in Itinere</i>	1037
V.	MODALIDADES DE JORNADA – O PROBLEMA DO CONTROLE	1039
	1. Modalidades de Jornada de Trabalho.....	1039
	2. Jornadas Controladas	1039
	3. Jornadas Não Controladas.....	1041
	A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário	1042
	B) Exercentes de Cargos de Gestão.....	1048
	4. Jornada Não Tipificada: antiga regência normativa da categoria doméstica.....	1049
VI.	JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	1051
VII.	JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	1053
	1. Caracterização das Jornadas Especiais	1053
	2. Categorias Específicas.....	1053
	A) Jornadas Superiores a 8 Horas.....	1054
	B) Jornadas Inferiores a 8 Horas.....	1056
	3. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	1057
	A) Caracterização da Figura Jurídica	1058
	B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88	1059
	C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada.....	1060
	4. Atividade Contínua de Digitação.....	1061
VIII.	JORNADA EXTRAORDINÁRIA	1064
	1. Caracterização da Jornada Extraordinária	1064
	A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	1064
	B) Prorrogações Regulares e Irregulares	1066
	2. Tipos de Jornadas Extraordinárias	1066
	A) Tipologia pela Causa da Prorrogação.....	1067
	B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação.....	1074
	C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1076
	3. Efeitos da Jornada Extraordinária	1078
IX.	TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL.....	1080
	1. Regência Normativa Provinda da Década de 1990	1080
	A) Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação.....	1082
	B) Efeitos do Regime de Tempo Parcial.....	1083
	C) Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	1084
	2. Regência Normativa Inserida pela Lei n. 13.467/2017	1085
X.	JORNADA NOTURNA.....	1087
	1. Parâmetros da Jornada Noturna.....	1087
	2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna.....	1089
	3. Restrições ao Trabalho Noturno.....	1092

*Capítulo XXIV***PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS..... 1093**

I.	INTRODUÇÃO	1093
II.	INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA.....	1094
1.	Relevância dos Intervalos Trabalhistas.....	1094
A)	Intervalos e Saúde no Trabalho.....	1094
B)	Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	1096
2.	Modalidades de Intervalos Trabalhistas.....	1100
3.	Intervalos Intrajornadas: caracterização e efeitos jurídicos.....	1100
A)	Objetivos dos Intervalos Intrajornadas	1100
B)	Classificação dos Intervalos Intrajornadas	1101
C)	Intervalos Intrajornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito.....	1104
D)	Intervalos Intrajornadas: outras regras aplicáveis.....	1107
4.	Intervalos Interjornadas: caracterização e efeitos jurídicos.....	1108
A)	Objetivos dos Intervalos Interjornadas.....	1108
B)	Classificação dos Intervalos Interjornadas.....	1108
C)	Intervalos Interjornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito.....	1110
III.	DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA.....	1112
1.	Aproximação das Figuras Jurídicas.....	1112
2.	Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	1115
A)	Caracterização do Descanso Semanal.....	1115
B)	Remuneração do Descanso Semanal.....	1120
3.	Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos	1123
A)	Tipos de Feriados.....	1123

*Capítulo XXV***PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS..... 1127**

I.	INTRODUÇÃO	1127
1.	Objetivos das Férias.....	1127
2.	Normatização Aplicável	1128
II.	CARACTERIZAÇÃO	1129
III.	AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO.....	1132
1.	Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	1132
2.	Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias.....	1133
3.	Duração das Férias Adquiridas.....	1135
A)	Duração Genérica das Férias.....	1135
B)	Duração em Contratos de Tempo Parcial	1135
C)	Duração em Contratos Domésticos	1138
IV.	CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	1140
1.	Concessão Regular das Férias (Período Concessivo).....	1140
A)	Fracionamento das Férias Antes da Lei n. 13.467/2017.....	1141
B)	Fracionamento das Férias em Três Períodos (Lei n. 13.467/2017)	1143

C) Época de Concessão das Férias	1144
2. Concessão Extemporânea das Férias.....	1145
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....	1146
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	1147
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos.....	1148
A) Caracterização das Férias Coletivas	1148
B) Procedimentos Concessivos	1149
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1150
1. Cálculo da Remuneração.....	1151
A) Cálculo Salarial.....	1151
B) Parcelas Integradas.....	1151
C) Parcelas Não Integradas	1152
2. Remuneração Simples	1152
3. Remuneração Dobrada.....	1152
4. Terço Constitucional de Férias	1154
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário).....	1155
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS.....	1158
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1158
2. Férias Simples e Extinção Contratual.....	1159
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	1159
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS.....	1161
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS.....	1163
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1164
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	1164

Capítulo XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO..... 1165

I. INTRODUÇÃO	1165
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	1165
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL.....	1167
1. Policiação e Formação Contratual	1167
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	1168
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1169
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS	1171
1. Alterações Contratuais Subjetivas.....	1172
2. Alterações Contratuais Objetivas	1173
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	1173
1. Classificação Segundo a Origem	1173
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade.....	1174
3. Classificação Segundo o Objeto	1174
4. Classificação Segundo os Efeitos.....	1175

VII.	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1175
1.	Princípios Aplicáveis.....	1175
A)	Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	1176
B)	Princípio do Direito de Resistência Obreiro.....	1181
C)	Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1181
2.	Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1183
3.	Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial.....	1184
VIII.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO.....	1186
1.	Conceituação	1186
2.	Alteração de Função.....	1186
A)	Conceito e Distinções	1186
B)	Regras Aplicáveis.....	1187
C)	Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1189
D)	Alterações Funcionais Lícitas.....	1190
IX.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO.....	1196
1.	Conceito e Modalidades.....	1196
2.	Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1196
A)	Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho.....	1196
B)	Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1203
C)	Alterações de Horário de Trabalho	1206
D)	Alterações pelo Programa Emprega + Mulheres (Lei n. 14.457/2022).....	1207
3.	Alteração de Salário: modalidades.....	1207
A)	Elevações Salariais	1208
B)	Reduções Salariais	1208
X.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL.....	1211
1.	Conceituação	1211
2.	Alteração do Local de Trabalho no País.....	1211
A)	Distinções.....	1211
B)	Efeitos da Remoção/Transferência	1213
C)	Adicional de Transferência	1214
D)	Ajuda de Custo por Transferência	1218
E)	Empregados Intransferíveis	1218
3.	Transferência Obreira para o Exterior.....	1221
A)	Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1221
B)	Diploma Especial: Lei n. 7.064/82.....	1221
C)	Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82.....	1224
D)	Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009.....	1225

Capítulo XXVII

INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1227

I.	INTRODUÇÃO	1227
II.	CONCEITO E DENOMINAÇÕES	1227
1.	Conceituação	1227

2. Denominações	1228
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1229
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1229
2. Distinções Existentes	1231
A) Suspensão: características	1231
B) Interrupção: características	1231
IV. SUSPENSÃO (OU SUSPENSÃO TOTAL) – CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS.....	1232
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1232
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1234
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado	1235
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1235
A) Efeitos Contratuais da Suspensão	1235
B) Prazo para Retorno após Suspensão.....	1237
V. INTERRUÇÃO (OU SUSPENSÃO PARCIAL) – CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS....	1238
1. Casos de Interrupção Contratual	1239
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1241
A) Efeitos Contratuais da Interrupção	1241
B) Prazo para Retorno após a Interrupção.....	1242
VI. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS.....	1243
1. Serviço Militar	1243
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional.....	1245
3. Afastamento Maternidade	1247
A) Aspectos Legais.....	1247
B) Enquadramento Jurídico	1249
4. Encargos Públicos	1251
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei Maria da Penha).....	1252
VII. CASOS EM DESTAQUE – SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO.....	1255
1. Suspensão Disciplinar	1255
A) Natureza Jurídica	1255
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1255
C) Limites à Penalidade.....	1256
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate	1256
2. Suspensão para Inquérito.....	1257
A) Cabimento da Figura	1257
B) Natureza Jurídica	1259
C) Prazos Legais	1259
D) Efeitos da Sentença do Inquérito.....	1260
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar.....	1261
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1262
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1262
2. Prazo Legal	1263
3. Efeitos da Suspensão Contratual.....	1264
A) Bolsa de Qualificação Profissional.....	1264

B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado	1265
C) Ruptura Contratual	1266
4. MPr. n. 936/2020 (Lei n. 14.020/2000): nova hipótese de suspensão contratual pelo empregador	1267
IX. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO.....	1268
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo.....	1268
A) Extinção Peremptória do Contrato	1268
B) Extinção Contratual Prorrogada	1269
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1270
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada	1270
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional.....	1272

Capítulo XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES E EFEITOS..... 1275

I. INTRODUÇÃO	1275
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL – PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1276
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.....	1277
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador.....	1280
3. Princípio da Norma mais Favorável.....	1281
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	1282
1. Restrições a Contratos a Termo	1283
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1283
3. Interrupção e Suspensão Contratuais.....	1286
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador.....	1287
A) Convenção 158 da OIT	1289
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa.....	1290
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL – EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.....	1293
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1293
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1294
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1296
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1296
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1297
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição	1299
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1302
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1303
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção	1305
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato	1307
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	1309
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado	1309
A) Extinção Normal	1309
B) Extinção Anormal.....	1309

2.	Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1312
A)	Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias	1314
B)	Outros Pagamentos Rescisórios	1323
3.	Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1324
A)	Pena do Art. 477, da CLT	1324
B)	Pena do Art. 467, da CLT	1326
VII.	FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1328
1.	Capacidade do Empregado	1329
2.	Homologação Rescisória: formalidades e assistência	1331
3.	Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1333
A)	Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1334
B)	Formalidades e Poderes Rescisórios	1334

Capítulo XXIX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. RESILIÇÃO BILATERAL: EXTINÇÃO POR ACORDO E EXTINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO..... 1337

I.	INTRODUÇÃO	1337
II.	TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES – RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA	1338
1.	O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1340
2.	Entidades Estatais: o contraponto da motivação da dispensa	1342
III.	RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL – DISPENSA INJUSTA	1344
1.	Modalidades de Despedidas	1344
A)	Classificação Conforme a Motivação da Dispensa	1344
B)	Despedidas Individuais e Coletivas	1345
2.	Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1351
3.	Limitações à Dispensa Injusta	1353
A)	Causas Restritivas	1353
B)	Efeitos da Dispensa Irregular	1357
IV.	DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1360
1.	Convenção 158 da OIT	1361
2.	Motivação da Dispensa do Servidor Celetista Concursado	1363
3.	Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1364
V.	RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO – PEDIDO DE DEMISSÃO	1365
VI.	RESILIÇÃO BILATERAL – DISTRATO TRABALHISTA: EXTINÇÃO POR ACORDO E EXTINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI	1368
1.	Extinção por Acordo Bilateral (novo art. 484-A, CLT)	1368
2.	Extinção por Adesão do Empregado a PDV ou PDI	1369
VII.	O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1370

1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1370
2. Cabimento do Aviso-Prévio	1371
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1372
A) Prazos do Aviso-Prévio	1372
B) Tipos de Aviso-Prévio	1373
C) Efeitos do Aviso-Prévio	1374
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011).....	1376

Capítulo XXX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:

DISPENSA POR JUSTA CAUSA..... 1381

I. INTRODUÇÃO	1381
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1381
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1383
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1384
1. Requisitos Objetivos	1386
2. Requisitos Subjetivos	1388
3. Requisitos Circunstanciais	1388
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS.....	1392
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1392
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1402
3. Infrações Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral.....	1406
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS.....	1410
1. Penalidades Acolhidas	1410
2. Penalidades Rejeitadas	1412

Capítulo XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR:

RESCISÃO INDIRETA 1415

I. INTRODUÇÃO	1415
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL – APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1415
1. Requisitos Objetivos	1416
2. Requisitos Subjetivos	1417
3. Requisitos Circunstanciais	1418
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1420
1. Infrações do Art. 483 da CLT	1420
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral; assédio sexual; assédio eleitoral; assédio religioso.....	1424
A) Assédio Moral	1425
B) Assédio Sexual	1427
C) Assédio Eleitoral	1428

D) Assédio Religioso	1429
3. Infração Patronal Doméstica Peculiar: violência doméstica ou familiar contra mulheres	1431
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1432
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1432
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1434
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1434
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos	1435
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT	1436
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1436
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1437
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1438
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1439

Capítulo XXXII

ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO.

INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS – FGTS 1441

I. INTRODUÇÃO	1441
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS.....	1442
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1443
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1444
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1446
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1446
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1447
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial.....	1449
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1452
1. Estabilidade Celetista.....	1453
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988	1454
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988.....	1455
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1457
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS).....	1458
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1459
A) Imunidade Sindical	1460
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1461
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1463
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR	1465
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL.....	1470
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1470
2. Outras Indenizações Rescisórias	1473
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo	1473
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base	1474

VII.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1474
1.	Características do FGTS	1475
A)	Recolhimentos de FGTS.....	1476
B)	Abrangência do FGTS.....	1477
C)	Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório	1478
2.	O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada.....	1482
A)	O FGTS como Relevante Fundo Social	1482
B)	Natureza Jurídica do FGTS.....	1484
C)	Prescrição do FGTS	1485

LIVRO III

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Capítulo XXXIII

DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS.....		1489
I.	INTRODUÇÃO	1489
II.	DENOMINAÇÃO.....	1490
1.	Denominações Arcaicas.....	1490
2.	Denominações Atuais	1491
	A) Direito Coletivo do Trabalho	1491
	B) Direito Sindical	1492
	C) Direito Social.....	1492
III.	DEFINIÇÃO	1493
IV.	CONTEÚDO	1493
V.	FUNÇÃO	1495
1.	Funções Justrabalhistas Gerais.....	1495
2.	Funções Juscoletivas Específicas	1500
VI.	CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1502
1.	Modalidades de Conflitos Coletivos.....	1502
2.	Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos.....	1503
VII.	O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1507

Capítulo XXXIV

PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....		1511
I.	INTRODUÇÃO	1511
II.	PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO – TIPOLOGIA	1512
III.	PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO	1513
1.	Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1514
A)	Cláusulas de Sindicalização Forçada	1517
B)	Práticas Antissindicais.....	1517
C)	Garantias à Atuação Sindical	1518

2.	Princípio da Autonomia Sindical	1520
IV.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS.....	1526
1.	Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1526
2.	Princípio da Equivalência entre os Contratantes Coletivos.....	1528
3.	Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1532
V.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS	1533
1.	Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.....	1533
2.	Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	1535
VI.	NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABA- LHO: DECISÕES RECENTES DO STF	1539
1.	Decisões do STF sobre o Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	1539
A)	Amplitude dos Poderes Rescisórios dos PDVs/PDIs	1540
B)	Supressão das Horas Itinerantes	1542
C)	A Adequação Setorial Negociada e os Direitos Absolutamente Indisponíveis...	1545
2.	Decisão do STF sobre o Princípio da Equivalência entre os Contratantes Cole- tivos	1547

Capítulo XXXV

DIREITO COLETIVO E SINDICATO		1551
I.	INTRODUÇÃO	1551
II.	DEFINIÇÃO	1552
III.	SISTEMAS SINDICAIS	1553
1.	Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato.....	1554
A)	Sindicatos por Ofício ou Profissão	1554
B)	Sindicatos por Categoria Profissional.....	1554
C)	Sindicato por Empresa.....	1557
D)	Sindicatos por Ramo Empresarial de Atividades	1558
2.	Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1559
A)	Estrutura Sindical Brasileira: o modelo tradicional (1930-1988)	1560
B)	Alterações Realizadas pela Nova Constituição, em 05.10.1988, ou Instiga- das pelo seu Espírito Democrático	1561
C)	Liberdade e Autonomia Sindicais no Brasil: requisitos	1563
IV.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL.....	1565
1.	Estrutura Sindical	1566
A)	Estrutura Externa.....	1566
B)	Estrutura e Funcionamento Internos.....	1568
2.	Registro Sindical.....	1569
3.	Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais.....	1570
A)	Funções e Prerrogativas	1570
B)	Receitas Sindicais	1573
V.	GARANTIAS SINDICAIS	1577
1.	Garantia Provisória de Emprego	1577

2.	Inamovibilidade do Dirigente Sindical.....	1580
3.	Garantias Oriundas de Normas da OIT.....	1580
VI.	NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO.....	1582
VII.	SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	1583
1.	Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central.....	1585
2.	Evolução Sindical no Brasil.....	1588
A)	Fase Inicial de Formação do Sindicalismo Brasileiro.....	1589
B)	1930/45 até Meados dos Anos 1980: institucionalização e subsequente reprodução de modelo sindical tradicional do País.....	1594
C)	A Fase da Constituição de 1988, com a Deflagração e o Aprofundamento de Mudanças Democráticas Relevantes no Sistema Sindical Brasileiro.....	1600
D)	Fase de Políticas Públicas Ultraliberalistas Antissindicais.....	1602
VIII.	SINDICALISMO, ENTIDADES SINDICAIS E DIREITO DO TRABALHO – AVALIAÇÃO.....	1604
IX.	COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DE EMPREGADOS NA EMPRESA.....	1607

Capítulo XXXVI

NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA 1611

I.	INTRODUÇÃO.....	1611
II.	IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	1612
1.	Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos.....	1613
A)	Normatização Autônoma e Privatística.....	1614
B)	Normatização Privatística Subordinada.....	1614
2.	Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário.....	1615
3.	Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	1616
4.	Constituição de 1988 e Negociação Coletiva: novas reflexões.....	1618
III.	DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS – CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO.....	1621
1.	Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição.....	1622
2.	Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções.....	1623
IV.	CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – ASPECTOS CARACTERÍSTICOS....	1624
1.	CCT e ACT: normatização aplicável.....	1624
2.	CCT e ACT: caracterização.....	1627
A)	Legitimação.....	1627
B)	Conteúdo.....	1630
C)	Forma.....	1630
D)	Vigência.....	1631
E)	Duração.....	1632
F)	Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão.....	1632
V.	DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS – CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO.....	1633
1.	Denominação: dubiedades.....	1633
2.	Caracterização.....	1634
VI.	DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS.....	1634
1.	Regras Coletivas Negociadas e Regras Estadais: hierarquia.....	1635

A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1635
B) Hierarquia Normativa: especificidade justralhista.....	1636
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1640
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações	1641
A) Aderência Irrestrita (ultratividade plena)	1642
B) Aderência Limitada pelo Prazo (sem ultratividade)	1642
C) Aderência Limitada por Revogação (ultratividade relativa)	1642
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA – POSSIBILIDADES E LIMITES.....	1645
1. Possibilidades e Limites: o princípio da adequação setorial negociada.....	1646
2. Decisões do STF sobre Negociação Coletiva Trabalhista.....	1652
A) Tema Supra Legal: poderes rescisórios dos PDVs/PDIs	1652
B) Tema Envolvente a Direito Fixado em Lei: supressão das horas itinerantes	1655
C) A Adequação Setorial Negociada e os Direitos Absolutamente Indisponíveis...	1658
3. Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e Negociação Coletiva	1659
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1663
1. Teorias Explicativas Tradicionais.....	1663
2. Contrato Social Normativo	1664

Capítulo XXXVII

A GREVE NO DIREITO COLETIVO	1667
I. INTRODUÇÃO	1667
II. LOCAUTE	1668
1. Caracterização.....	1668
2. Distinções	1669
3. Regência Jurídica	1670
4. Efeitos Jurídicos	1672
III. O INSTITUTO DA GREVE	1673
1. Caracterização.....	1673
A) Caráter Coletivo do Movimento.....	1673
B) Sustação de Atividades Contratuais.....	1673
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto.....	1674
D) Objetivos da Greve	1675
E) Prazo de Duração da Greve (suspensão <i>versus</i> interrupção)	1677
2. Distinções	1678
A) Figuras Próximas ou Associadas.....	1678
B) Formas de Pressão Social.....	1679
C) Condutas Ilícitas de Pressão.....	1680
3. Extensão e Limites	1680
A) Extensão do Direito	1680
B) Limitações ao Direito.....	1682
4. Requisitos da Greve.....	1683
5. Direitos e Deveres dos Grevistas.....	1684
A) Direitos dos Grevistas.....	1684
B) Deveres dos Grevistas	1684

6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1685
A) Servidores Cíveis e Direito de Greve.....	1685
B) Prazo de Duração da Greve: suspensão <i>versus</i> interrupção.....	1688
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1689
A) Natureza Jurídica	1689
B) Fundamentos	1692
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica.....	1692
9. Greve: competência judicial.....	1696

Capítulo XXXVIII

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO 1699

I. INTRODUÇÃO	1699
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETERO-COMPOSIÇÃO	1699
1. Autotutela	1700
2. Autocomposição	1700
3. Heterocomposição.....	1701
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias.....	1702
B) Métodos Existentes	1703
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1704
1. Distinções Relevantes	1705
2. Tipos de Arbitragem	1705
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1707
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho.....	1711
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1713
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1715
1. Enquadramento Jurídico.....	1716
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1716

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1721